



# A Política de Defesa da França\*

Lúcio Mário de Barros Góes

*O artigo informa sobre ajustamentos da Política de Defesa da França, em função das novas ameaças surgidas da fragmentação do império soviético.*

O período 1990/1992 foi marcado por grandes acontecimentos que modificaram, profundamente, a geopolítica na Europa. Primeiro a unificação da Alemanha, depois a Guerra do Golfo e finalmente a destruição do império soviético. O Exército vermelho, temido até bem pouco tempo, desagregou-se sem combate. O ocidente obteve, sem guerra, uma grande vitória.

Se, por um lado, a ameaça soviética diminuiu bastante, por outro os franceses avaliam novas ameaças por eles consideradas mais inquietantes e que são:

— os riscos de desordem e anarquia no interior das repúblicas da Europa Oriental (vide Iugoslávia), susceptível de se estender aos países vizinhos — e porque não, como em 1914 e como em 1938? É de tocar fogo no continente, podendo degenerar talvez, num conflito mundial;

— o que os franceses chamam de triplo risco nuclear e que envolve: a disseminação de armas nucleares no território das ex-repúblicas soviéticas, a exportação possível de técnicas de produção para o 3º

mundo, através de cientistas mal pagos, e a utilização de ultrapassadas usinas nucleares, com condições de segurança, no mínimo duvidosas, e que poderão provocar um novo "Tchernobyl".

Além desses riscos, finalmente, começam a falar numa nova ameaça que pode suceder à ameaça L—W. Trata-se da ameaça S—N, alimentada pelo fanatismo religioso islâmico. Imaginam os riscos múltiplos que correriam, se, por exemplo, as Forças Islâmicas do Salut (FIS) assumissem o poder na Argélia, no flanco sul da França.

Partindo desses dados é que pretendemos abordar as opções adotadas pela França, em matéria de defesa.

Uma defesa que inspire credibilidade continua a ser um conceito intocável para a soberania e a independência da França. Com efeito, a preocupação com a independência política, em relação a quem quer que seja, constitui-se no pilar mais forte da política de defesa do país. Esta independência decorre da capacidade da dissuasão nuclear, constituída a partir dos anos 60, durante a gestão do General De Gaulle.

\* Selecionado pelo PADECEME

## PRIORIDADES ESTABELECIDAS

A nova fisionomia da defesa francesa, adaptada a um novo contexto estratégico, obedece às seguintes prioridades: manutenção da capacidade nuclear; obtenção de credibilidade em matéria espacial; reforço da capacidade logística; diminuição de efetivos; redução do tempo do serviço militar; e profissionalização de certas unidades.

## MISSÃO DAS FFAA

Em palestra proferida no dia 11 de abril de 1991, na Escola Superior de Guerra, o Presidente da República Francesa recordou os objetivos e as missões das Forças Armadas apresentando-os da seguinte maneira:

- manter a credibilidade da estratégia autônoma de dissuasão nuclear;
- defender o território nacional e participar da defesa da Europa Ocidental;
- proteger os franceses residentes no exterior e os interesses da França no mundo;
- assumir as obrigações resultantes dos acordos de defesa; e
- assegurar as missões de paz, de respeito ao direito de assistência humanitária, decididas no quadro das Nações Unidas.

## RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Aproveitando a atmosfera de diminuição da ameaça soviética (os famosos dividendos da paz) e sob a pressão da crise econômica, alguns países vizinhos e aliados da França estabeleceram metas, visando à redução das suas Forças Armadas e dos gastos com a defesa.

Nesse contexto, a Alemanha, em função de tratados que assinou, está obrigada

a reduzir o efetivo de suas forças, de 495.000 homens a 370.000, até o final de 1995. Na Inglaterra, o governo anunciou um plano que reduz os efetivos em 18% e o orçamento em 6%, no período 1993/94. Nos EUA, a planificação prevê a redução das despesas de defesa a 3,6% do PIB até o final de 1996, bem menor que a participação de 6,5%, em 1986. A França não poderia partir na direção oposta, pois, segundo análises do seu Ministério da Defesa, o crescimento das despesas com defesa não corresponderia nem ao quadro estratégico atual, nem à capacidade econômica do país.

As despesas com defesa, que nos anos 1985/86 ultrapassaram os 4% do PIB, tendem a se estabilizar em patamar inferior a 3%. Para 1993, o orçamento da defesa prevê despesas da ordem de 200 bilhões de francos, o que corresponde a cerca de 33 bilhões de dólares.

O Exército, em particular, terá seu efetivo reduzido de 280.000 homens, em 1991, a 225.000, em 1997 (aproximadamente 20%).

Os programas prioritários, já em andamento, deverão ser mantidos. São eles: o carro de combate *Leclerc*, do Exército; o avião de combate polivalente *Rafale*; e o porta-aviões a propulsão nuclear *Charles de Gaulle* (previsão para 1998).

De qualquer forma, convém ressaltar que o orçamento do Ministério da Defesa, até o ano passado, era o segundo do país, vindo logo após o orçamento do Ministério da Educação Nacional.

## O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Tem sido muito discutida a validade do



sistema do serviço militar obrigatório. Essa discussão foi suscitada, particularmente, em função da Guerra do Golfo. É que foi decidido, pelo Presidente da República, que os soldados conscritos (recrutas) não deveriam ser empregados no Oriente Médio, pois se tratava de um conflito em defesa do respeito ao Direito Internacional, atendendo à uma resolução das Nações Unidas. Houve mesmo dificuldade para a França organizar a **Divisão DAGUET**, com cerca de 20.000 homens (o equivalente a uma brigada reforçada, mais meios logísticos, comunicação social, etc), sem empregar os soldados recrutas. No Exército e, particularmente, na Marinha, foram empregados muitos soldados recrutas que assinaram, voluntariamente, um engajamento de longa duração (2 anos) que poderia ser rescindido ao final da guerra. Essa foi a solução encontrada para contornar o problema.

Embora pareça lógico que uma força armada de profissionais atenda melhor às necessidades de defesa — particularmente, em termos de capacidade de projeção de forças no exterior — ela apresentaria dois grandes problemas: sem qualquer ganho financeiro, o volume de forças teria que ser muito limitado e há dúvida se seria atingido o número de engajamentos anuais necessários, mantendo um bom nível de qualidade.

A profissionalização das Forças Armadas implicaria numa redução drástica dos efetivos, muito além do programado, ou num grande aumento das despesas com a defesa, nos dias de hoje, insuportável para a economia do país. Além dessa questão de ordem prática, os franceses argumentam que há todo o interesse em conservar o Serviço Nacional como fundamento durável do sistema de defesa, uma tradição de mais de 200 anos.

Pelo menos duas modificações resultaram desse debate: o aumento do número de soldados engajados, particularmente nas unidades com previsão de emprego no exterior, e a redução do tempo de serviço militar, de 12 para 10 meses, ainda em 1992.

O Ministério da Defesa continua estudando a possibilidade de, no futuro, modular o tempo de serviço e o soldo, de acordo com a natureza do serviço a ser realizado pelos recrutas.

## OS MEIOS DE DEFESA

Adaptada, por décadas, ao contexto estratégico do pós-guerra e coerente com as necessidades do período da Guerra Fria, a organização dos meios de defesa da França passa, na atualidade, por profunda transformação.

Essa transformação, para superar três contradições, obriga a: primeiro, conciliar uma defesa independente com uma política estrangeira adaptada às tendências do novo quadro de unificação da Europa; segundo, encontrar equilíbrio entre uma força armada de conscrição (recrutas), principalmente, dedicada à defesa do solo nacional com os meios humanos necessários a deslocamentos rápidos, para emprego fora das fronteiras; e, terceiro, assegurar a modernização dos equipamentos e armamentos, com prioridade para as informações espaciais, sob a pressão de recursos econômicos compatíveis com as possibilidades de uma potência média.

Nesse quadro, mesmo a dissuasão nuclear — coroação do sistema de defesa francês — vem passando por modificações que pretendem adaptá-la à nova realidade estratégica. Sua potência deverá ser suficiente em termos quantitativos, mas ela



deverá ser também eficaz no plano qualitativo; quer dizer: ser capaz de atingir os objetivos designados, quaisquer que sejam as defesas existentes ou previsíveis. Ao lado dos submarinos lança-mísseis, considerados operacionais ainda por longo período, e para se contrapor à obsolescência a curto prazo dos outros sistemas, o Ministério da Defesa imagina a necessidade de viabilizar a colocação em funcionamento, até o ano dois mil, de outro componente com credibilidade incontestável.

Com relação à primeira contradição, a França acredita que a sua superação passa pela participação ativa do país nos organismos internacionais de cooperação.

O governo francês parece admitir — e isso ficou claro com o episódio da Guerra do Golfo — que não pode ainda prescindir da participação dos americanos e da OTAN, na garantia da segurança da Europa. Trabalha, entretanto, pela consolidação de uma política externa e de um sistema de defesa europeus que deverão ter como pilares a UEO — União da Europa Ocidental e o Corpo Europeu, até o presente representado pelo corpo Franco-Alemão.

Além da defesa da comunidade europeia, a vocação essencial da UEO será a de poder agir, por conta própria, nas operações humanitárias e de manutenção ou restabelecimento da paz. O **Eurocorps**, como é conhecida a força de coalizão de forças europeias, subordinadas diretamente à UEO, poderá também ser empregado sob controle operacional da OTAN. "A França será mais forte com seus aliados, do que sozinha", afirmou o Ministro da Defesa, Pierre Joxe, acrescentando: "Não é verdade que o Tratado de **Maastrich** coloque em discussão a soberania dos estados-membros".

A França ocupa uma posição particular em relação à OTAN, pois não fazendo parte do "Comando Integrado", participa da aliança por meio de numerosos acordos (mais de 50). O governo francês afirma que não houve a idéia de criar um Corpo Franco-Alemão em contraposição à OTAN, mas, simplesmente, desenvolver um sistema especialmente europeu. A OTAN, a UEO e o Corpo Franco-Alemão (embrião de um corpo europeu) são complementares e não antinômicos.

Para superar a contradição caracterizada pela opção entre uma força armada de conscrição ou uma força armada profissional e para dar uma maior flexibilidade ao emprego dos meios de defesa de que dispõem, os franceses planejaram e estão colocando em execução dois grupamentos orgânicos de forças e dois estados-maiores combinados, com vocação operacional adaptável às necessidades, em função da natureza das operações.

O primeiro estado-maior permanente terá uma vocação europeia e caberá a ele participar da planificação interaliada.

O segundo se dedicará, com prioridade, aos teatros extra-Europa.

O Exército se organizará em dois grupamentos de forças: um originário do atual Corpo Blindado-Mecanizado, de vocação centro-europeia, e o outro terá como base a Força de Ação Rápida (FAR). Elementos blindados pesados deverão poder ser empregados fora da Europa, no valor mínimo de uma Divisão, e os meios de transporte aéreos deverão ser dimensionados para atender a essa hipótese.

Algumas unidades e equipamentos da organização anterior farão parte do Corpo Europeu, como os da iniciativa franco-alemã de outubro de 1991.



Para fazer face à terceira contradição (assegurar a modernização sob pressão de recursos econômicos compatíveis), a França investe na cooperação europeia e sua indústria bélica deverá se internacionalizar. Isso já vem sendo feito, como bem demonstram os projetos do helicóptero *Tigre*, franco-alemão, e do satélite *Helios*, franco-espanhol; o desenvolvimento de uma fragata franco-britânica e um helicóptero pesado NH90, em cooperação com a Alemanha, Holanda e Itália.

As imagens dos SCUD iraquianos caindo sobre Tel-Aviv e Darhan suscitaram a questão do desenvolvimento de um sistema antimísseis balístico (tipo "Patriota", americano). Os franceses chegaram à conclusão de que o desenvolvimento de um tal sistema de proteção global estava fora das possibilidades financeiras da França, não ofereceria uma garantia absoluta e não seria compatível com o conceito de dissuasão, base da sua defesa. Entretanto, um futuro sistema antimísseis tático está sendo estudado pelas indústrias bélicas francesas, mas, tendo em vista o seu alto custo de desenvolvimento, deverá ser executado dentro do quadro de cooperação europeia.

Outro grande ensinamento colhido na Guerra do Golfo diz respeito às informações militares e ao uso do espaço para fins de observação. Segundo o Ministro da Defesa francês, o que mais o impressionou durante a Guerra do Golfo foi que, além dos americanos, somente os franceses possuíam alguma

coisa em matéria de informações por satélite.

Por proposição da França, a UEO terá um centro de observação utilizando satélite e coordenará a cooperação nesse setor.

Cooperação é, portanto, a palavra de ordem para diminuir os custos de investimentos, os riscos e fazer face às restrições econômicas, permitindo a modernização dos sistemas de armas.

Pretendendo contribuir para um novo ordenamento internacional, baseado no respeito ao direito e à solução negociada das crises, a França optou por orientar a sua política de defesa mantendo os princípios básicos da dissuasão nuclear e das Forças Armadas de conscrição e participar do fortalecimento dos organismos internacionais (europeus, em especial).

Estabeleceu, como objetivo, estar em condições de intervir para a manutenção ou restabelecimento da paz, seja para defender os seus interesses ou para ajudar os países com os quais mantém acordos de defesa, seja ao lado dos aliados para defender interesses comuns, ou por decisão do Conselho de Segurança da ONU.

A política de defesa da França está definida, portanto, em consonância com declaração recente, do Sr. Pierre Joxe, Ministro da Defesa:

"Somos um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e entendemos que devemos assumir as responsabilidades que esta função nos impõe".



Tenente-Coronel LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, oficial de Gabinete do Ministro do Exército, foi estagiário da 104ª Promoção da Escola Superior de Guerra da França, em Paris, no período de 15 Mar a 15 Jun 92.